

## AS NARRATIVAS IDENTITÁRIAS DAS PRODUÇÕES TEXTUAIS EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PIMENTEL, Álamo – FACED / PGE / UFBA – alamo@ufba.br

GT: Educação de Pessoas Jovens e Adultas / n.18

Agência Financiadora: Sem Financiamento

### **Textos e narrativas de si**

O ponto de partida para as reflexões aqui apresentadas foi uma velha desconfiança advinda da experiência em Educação de Jovens e Adultos: a desconfiança de que a escrita, uma vez alçada após o árduo trabalho de tornar-se alfabetizado, é um instrumento de afirmação de identidades culturais na produção de textos.

Esta preocupação virou investigação e busca apresentar os principais resultados de uma pesquisa realizada entre os anos de 2005 e 2006 sob o seguinte tema: *a produção textual em Educação de Jovens e Adultos e a produção de narrativas de identidades*.

A base empírica da pesquisa foram os textos produzidos pelos alunos do SEJA/POA (Serviço de Educação de Jovens e Adultos de Porto Alegre) e publicados no Caderno Palavra de Trabalhador. As publicações analisadas registram as produções textuais desenvolvidas pelos alunos de Educação de Jovens e Adultos do SEJA em Porto Alegre no período de 1991 a 1995.

A questão que acompanhou as análises foi a seguinte: quais as conexões entre os textos produzidos e os contextos sócio-culturais que caracterizam as identidades presentes em suas narrativas? Partiu-se do pressuposto de que os textos produzidos em sala de aula apresentam-se como narrativas de identidades através das quais podem-se ler, também, os contextos sócio-culturais aos quais pertencem os seus autores.

A pesquisa bibliográfica buscou realizar um esboço de elementos sócio-culturais presentes nos textos, criando um campo de estudos em que a antropologia interpretativa contribuiu para a análise da produção textual realizada nos contextos de salas de aulas e publicada nos Cadernos Palavra de Trabalhador.

Os trabalhos da pesquisa partiram da premissa de que cultura “... são as estruturas de significado através das quais os homens dão forma à sua experiência, e a política [...] uma das principais arenas na qual tais estruturas se desenrolam publicamente...” (Geertz, p.207, 1989). A produção textual, neste sentido, foi tomada como uma prática sócio-cultural e uma política pedagógica nas quais a experiência vivida funde-se na experiência

educativa, instituindo narrativas para a significação das identidades sócio-culturais daqueles que produzem os textos.

### **A produção de texto e a construção didática das narrativas de identidade**

A experiência da produção textual em turmas de Educação de Jovens e Adultos apresentada pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Porto Alegre, no período de 1991 a 1995 (através das publicações Palavra de Trabalhador), busca a afirmação das identidades dos alunos em processo de escolarização através da escrita.

A equipe organizadora do primeiro volume das publicações destaca como objetivo principal do trabalho romper os silêncios que cerceiam e interditam as vozes de pessoas que foram excluídas do processo de escolarização, organizando as suas produções escritas com a intenção de mostrar que “... cada texto é expressão de um momento da construção da língua escrita...” (Coordenação de EJA, p.7, 1997). A palavra oficial do Secretário de Educação na apresentação da segunda edição do Volume I, do Palavra de Trabalhador, significa estas produções escritas como “...capazes de inventar para si uma outra história, descobrindo e construindo outras formas de viver e fazer o mundo...” (Azevedo, p.3, 1997)<sup>1</sup>.

No que diz respeito aos interesses da pesquisa deve-se focar o fato de que tais afirmações significam a produção textual em Educação de Jovens e Adultos como uma prática de ensino mobilizadora de circunstâncias que proporcionam visibilidade às etapas do desenvolvimento da aprendizagem e à locução de vozes que produzam a afirmação cultural dos alunos envolvidos neste processo. Sob a ótica do desenvolvimento da aprendizagem e da afirmação cultural das presenças dos alunos, a produção textual torna-se um instrumento de produção de identidades no processo de escolarização.

A escrita<sup>2</sup> compõe, por assim dizer, um dos mais importantes instrumentos dos projetos locais de EJA. É através dela, também, que a escola e os educadores postulam possibilidades educativas, formulam processos didáticos, constroem formas de ensino e aprendizagem, propõem projetos, criam métodos e estabelecem finalidades do ensino. A

---

<sup>1</sup> José Clóvis de Azevedo era o Secretário Municipal de Educação de Porto Alegre por ocasião da publicação da segunda edição do Volume I do Caderno Palavra de Trabalhador.

<sup>2</sup> Não é intenção da pesquisa incluir a leitura como parte do objeto de estudo, contudo é importante assinalar que ao lado da escrita, a leitura constitui um outro segmento dos mais importantes para a formulação de projetos pedagógicos em Educação de Jovens e Adultos.

escrita torna-se um importante instrumento de formação da cultura escolar em Educação de Jovens e Adultos.

É possível tomar esta escrita como base interpretativa das identidades sócio-culturais implicadas no processo educativo em EJA? A abordagem antropológica poderia contribuir para interpretação da relação entre o ato de aprender e o ato de significar identidades sócio-culturais através da produção textual?

Estas questões constituíram uma espécie de ponto de partida para a realização da pesquisa. Elas remetem à busca de interconexão entre a bibliografia que compõe o campo empírico da investigação e a bibliografia que busca dar densidade teórica às interpretações que se colocam sobre os textos selecionados nas publicações Palavra de Trabalhador. Uma das principais contribuições teóricas para a realização da pesquisa vem da proposta teórica de Clifford Geertz (1989) que propõe a interpretação de saberes culturais como textos intrinsecamente ligados aos contextos que os produzem. Nesta perspectiva o texto é expressão viva da própria cultura que está engendrado na forma de sistemas simbólicos repletos de artefatos culturais. A tarefa do antropólogo é dedicar-se à descrição e interpretação destes textos na relação com os contextos que os produzem.

Nesta perspectiva teórica a noção de cultura explicitada remete às seguintes questões: é possível analisar os textos produzidos em turmas de EJA como sistemas simbólicos que narram práticas e significações que situam social e culturalmente os indivíduos que produzem tais textos? E, numa outra perspectiva, é possível indagar se: os textos dos alunos consolidam simbolicamente suas afirmações culturais no âmbito da proposta de Educação de Jovens e Adultos da SMED/POA<sup>3</sup>?

A Proposta Político Pedagógica do Serviço de Educação de Jovens e Adultos da SMED/POA explicita as suas diretrizes a partir da noção de Totalidades de Conhecimento. Estas, por sua vez, são a expressão dos saberes sociais no diálogo com os saberes escolares, articulados pelos princípios de *interdisciplinaridade, formação do senso crítico e aluno ser-presente* (1997). Quando esta proposta foi elaborada, a Secretaria de Educação já tinha organizado as primeiras publicações do Palavra de Trabalhador, que tornavam públicas as produções textuais e as autorias dos alunos e professores envolvidos na trajetória do SEJA.

---

<sup>3</sup> Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre

No âmbito do currículo proposto para a organização da educação fundamental de pessoas jovens e adultas, a proposta das Totalidades do Conhecimento preserva a cultura como lugar de uma política de formação, estabelecendo como pressuposto didático o diálogo entre saberes e práticas que enredam alunos e professores dentro e fora da escola. Esse *ethos* político da educação, pressupõe tomar a cultura como um processo que “...atravessa o campo de todas as relações de reprodução material da vida e da ordem social e, portanto, como o significado que dá sentido à ação e a torna possível...” (Brandão, p. 102, 1986). A produção textual é apresentada como o resultado de uma construção didática que torna indissociável a relação entre saber e poder, significando os contextos escolares anunciados pelo Projeto Político Pedagógico do SEJA como espaços de novas pronúncias dos indivíduos participantes dos processos educativos.

Os textos organizados e publicados buscam significar o *Trabalhador*, como propõe, aliás, o título das coletâneas de textos. Esta expressão inscreve o estatuto simbólico das identidades cidadãs, apresentadas a cada volume atestando as autorias dos escritos e configurando a ambiência democrática que circunscreve práticas de ensino e relações contextualizadas de aprendizagem.

O contexto exposto pelas publicações é uma fusão do espaço escolar com os espaços de vida dos alunos inseridos no SEJA. Em outras palavras, o entendimento de contexto apresentado pela proposta pedagógica que fundamenta as publicações do Palavra de Trabalhador é a unidade política das configurações sociais e culturais que transitam nas salas de aula em que são realizadas as produções textuais desenvolvidas pelo SEJA no período de 1991 a 1995<sup>4</sup>.

Considerando-se a relação entre produção textual e produção de narrativas de identidades como fio condutor das reflexões que orientam a organização deste trabalho, é importante ressaltar que as identidades postas em relevo são portadoras de sentidos que expõem no interior dos textos uma relação íntima entre trabalho e cidadania. Concorde-se que “...não é mais possível discutir, hoje, o trabalho desvinculado da cidadania, pois os trabalhadores participam de sistemas culturais e políticos da sociedade...” (Zaluar, p.202, 1994), esta participação produz inúmeros elementos que constituem visões de mundo,

---

<sup>4</sup> As publicações dos Cadernos Palavra de Trabalhador extrapolam este período, contudo, para a realização desta pesquisa, foram levados em conta os quatro primeiros volumes destas publicações.

costumes, práticas sociais e saberes que perfazem o campo das relações entre professores e alunos envolvidos numa experiência educativa que tem a formação do senso crítico e a afirmação de presenças como princípios pedagógicos.

A interdisciplinaridade, como princípio complementar aos anteriormente citados, pressupõe o entrecruzamento de saberes escolares como componente da postura de educadores e educadoras praticantes de uma ‘Escola Cidadã’. É neste ponto que os textos das publicações do Palavra de Trabalhador tornam-se referência didática para uma reflexão multireferenciada entre as disciplinas que configuram os saberes escolares. O texto viabiliza didáticas tanto para quem ensina quanto para quem aprende, uma vez que constitui uma importante interface das relações entre o mundo da escola e o mundo do trabalhador.

O primeiro volume dos Cadernos distribui e organiza os textos a partir de temáticas sociais que estão presentes em seus conteúdos. Os outros volumes (II, III e IV) não explicitam estas temáticas, mas organizam as publicações a partir de conteúdos que apresentam escritas com densidade social e cultural na produção dos textos. Cada texto expressa um conjunto de práticas e significações enraizadas nas experiências dos alunos-autores, assumindo sua relevância social à medida que torna indissociáveis as individualidades que são narradas de questões coletivas mais amplas. O texto torna-se espaço de ampliação e transformação de identidades à medida que cada indivíduo extrapola o domínio etnocêntrico da percepção sócio-cultural dos seus problemas, ou mesmo dos argumentos através dos quais constrói a sua escrita.

Um bom exemplo disto é o tema<sup>5</sup> da etnicidade, presente num conjunto de textos do Volume III do Palavra de Trabalhador. Entre as produções textuais selecionadas encontra-se uma intitulada: A Cor Negra. A aluna Andréia Prestes Barbosa, de 19 anos, autora do trabalho, apresentou este texto após discussões realizadas em sala de aula no Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos, sob a coordenação da professora Sabrina da Silveira. A professora relata que nas duas primeiras semanas de maio do ano de 1995 realizou com seus alunos uma série de reflexões alusivas ao Negro no Brasil. A intenção era construir uma experiência de ensino-aprendizagem no período em que aconteciam as comemorações nacionais da Abolição da Escravatura. Esta experiência proporcionou um

---

<sup>5</sup> O tema não é explicitado na organização do conjunto dos textos, mas intrínseco às produções textuais apresentadas no Volume III do Palavra de Trabalhador.

diálogo crítico com a contemporaneidade dos problemas étnico-raciais no Brasil a partir do contexto de sua sala de aula. Todos os alunos produziram textos, realizaram leituras coletivas dos mesmos e selecionaram o texto de Andréia como sendo o mais expressivo dos entendimentos do grupo sobre a questão tratada. Numa de suas passagens o texto da aluna diz o seguinte:

“Será que a nossa cor prejudica a nação? Eles falam que nós, negros, temos direito aos estudos e formação, mas fecham as portas dos nossos empregos. Eles ainda estão escrevendo a história do negro como se o negro não soubesse a verdadeira história e não essa que está escrita pelos burgueses” (Andréia Prestes Barbosa)

A afirmação da identidade étnica da aluna imprime no âmbito da escrita uma tomada de posicionamento dentro da temática proposta pela prática de ensino instituída, articula uma crítica contra o preconceito que acompanha historicamente a trajetória do negro no Brasil e situa, simbolicamente, a escrita como um campo de lutas para a construção de autorias da presença do negro na história.

Este exemplo torna-se emblemático à medida que se toma o texto na relação com o contexto em que foi produzido, identificando as marcas que, nos relevos da narrativa, explicitam a presença de uma identidade em construção no interior da escrita. Esta tarefa não é das mais fáceis, sobretudo quando se situa a sala de aula como um espaço de diversidades sócio-culturais e a construção de projetos coletivos como resultante de um exercício cotidiano de diálogo entre as diferenças que compõem este contexto.

A experiência da produção textual desenvolvida pelo SEJA busca levar em conta a extrapolação dos limites individuais da aquisição e domínio da escrita, transformando a experiência da aprendizagem numa construção coletiva de projetos sociais em que, a educação seja, antes de tudo, um processo de afirmação sócio-cultural dos indivíduos na relação com os grupos sociais com os quais estão envolvidos dentro e fora da escola. Vale a pena lembrar que:

“...A construção da identidade e a elaboração de projetos individuais são feitas dentro de um contexto em que diferentes mundos ou esferas da vida social se interpenetram, se misturam e muitas vezes entram em

conflito. A possibilidade de formação de grupos de indivíduos com um projeto social que englobe, sintetize ou incorpore diferentes projetos individuais, depende de uma percepção e vivência de interesses comuns...” (Velho, p. 33, 2004)

À medida que o espaço da sala de aula se transforma num lugar de ‘vivência de interesses comuns’, a prática de ensino e as experiências de aprendizagem são um exercício cotidiano de significação e produção de identidades individuais e coletivas. A produção textual, enquanto dá vazão à aprendizagem da escrita, torna-se uma prática de afirmação sócio-cultural das identidades dos alunos e alunas do SEJA. Neste sentido, a experiência didática é uma experiência de transição contínua e multifacetada das relações eu-outro que inspiram e orientam a consolidação de unidades no interior dos grupos de trabalho.

Do lado do educador e da educadora, o desafio é a transformação da produção textual num instrumento de diálogo entre as diferenças culturais que instituem e ultrapassam os contextos de aprendizagem. A tessitura de nexos entre as histórias cotidianas dos alunos e a História local, regional e mesmo nacional dos contextos em que estes estão implicados é a diretriz fundamental para a significação da prática de ensino como uma prática sócio-cultural de interpretações das situações vividas tanto no âmbito individual quanto coletivo no espaço escola.

Através do Palavra de Trabalhador é possível enxergar a sala de aula como um espaço social de encontro entre diferentes experiências de vida que colocam a escrita como um instrumento de substantivação de identidades sócio-culturais construídas numa proposta de Educação de Jovens e Adultos.

### **Configurações dos contextos das escritas identitárias**

Quando a produção textual proporciona a aplicação da escrita como uma prática de construção de identidades sócio-culturais ela promove, também, a criação de espaços em que o uso comum da escrita é uma emergência das condições contextuais dos processos educativos em EJA.

Estas condições contextuais são explicitadas no corpo das publicações através das diferentes autorias que dão legitimidade aos textos. Os quatro volumes pesquisados apresentam variações na compreensão da contextualização dos trabalhos desenvolvidos.

O primeiro volume está organizado a partir de um conjunto de apresentações que antecedem aos textos dos alunos. Na seqüência, as produções textuais são subdivididas em temáticas sociais trabalhadas em sala de aula e, expostas na publicação. Os prefácios e textos de apresentação expõem duas formas complementares de contextualização: a) a contextualização política da proposta de Educação de Jovens e Adultos, b) a contextualização sócio-pedagógica dos processos de aprendizagens apresentados pelos textos. Isto se configura através do ideário político que subsidia a apresentação do Prefeito de Porto Alegre e do Secretário de Educação à época em que foi publicada a segunda edição do primeiro volume e, através do ideário sócio-pedagógico que expõe as teorias de aprendizagem que orientam a interpretação dos trabalhos desenvolvidos.

À medida que os textos são apresentados segundo as temáticas a que se referem, há a indicação do aluno-autor, sua idade e o espaço físico do grupo de EJA ao qual está inserido. Neste primeiro volume já aparece um esboço precário e disperso das relações entre práticas e conceitos que dão rumo e sentido às produções textuais.

O segundo volume do Palavra de Trabalhador já traz consigo uma reformulação neste processo de contextualização. Além das contextualizações política e sócio-pedagógica, editadas segundo a formulação do primeiro volume, os textos apresentados não são distribuídos formalmente a partir de temáticas que os subdividem em capítulos, embora estejam agrupados por unidades temáticas. São apresentadas as primeiras versões de cada texto, seguidas de reflexões sobre as intervenções do educador quanto à estrutura formal do texto e uma segunda versão, resultante das discussões coletivas sobre as produções individuais.

Os dois primeiros textos deste volume apresentam o significado da escola na vida dos alunos. Após a produção individual a educadora propôs uma reflexão grupal sobre os textos. Esta reflexão foi apresentada sistematicamente constatando que só após a leitura em grupo é que os alunos perceberam a ausência de títulos, questões pertinentes à ortografia e ausências de conectivos e pontuação. Com a discussão em grupo o texto foi reconstruído e reapresentado na publicação. Há, nesta edição do Palavra de Trabalhador, uma busca de apresentação que leve em conta o contexto das aprendizagens que produzem sentido para a relação entre as vivências sociais e as vivências escolares dos alunos.

A partir dos volumes terceiro e quarto, as publicações instituem a ‘contextualização’ como uma parte complementar dos textos apresentados. Além dos conteúdos político e sócio-pedagógico que prefaciam cada volume, os textos publicados são apresentados na íntegra com uma referência contextual que é a síntese da identificação espacial do local onde foram realizadas as atividades, uma breve descrição da prática de ensino desenvolvida e uma reflexão sobre os resultados apresentados. É importante ressaltar que a unidade temática dos textos não é explicitada na configuração dos capítulos, mas está presente no interior dos textos publicados, sugerindo uma ordem de leitura de cada volume.

No texto intitulado Este Livro, organizado pela equipe responsável pela publicação do volume terceiro do Palavra de Trabalhador, há a afirmação de que o registro de contextualizações tem “...o sentido de sublinhar a intencionalidade das propostas de trabalho, mostrando a que Educação de Jovens e Adultos não deve ser só marcada pela espontaneidade, nem restrita à contribuição da cultura popular, mas a partir dela, dialogar com outras culturas...” (Comissão Organizadora, p. 11, 1995). O contexto, nesta perspectiva, é o diálogo intersubjetivo das diferentes expressões culturais que perfazem a dimensão relacional entre o mundo da escola e os mundos sociais dos alunos.

Esta compreensão ecoa no interior da proposta de uma antropologia interpretativa que, segundo Geertz (1989), busca uma análise das formas simbólicas estreitamente ligadas aos acontecimentos sociais e às ocasiões concretas da vida comum, como forma de exercício de um pensamento contextual. Tomar o texto produzido pelos alunos como expressão simbólica de suas produções identitárias através da escrita implica o desafio de associá-los aos contextos educativos em que estes textos são, antes de tudo, uma resultante significativa de suas apreensões e aprendizagens da escrita.

Uma aprendizagem contextual, do ponto de vista antropológico, é interpretada aqui como uma construção intersubjetiva da escrita que produz uma prática sócio-cultural geradora de novas construções nas habilidades de linguagem e exposição autorial das memórias vividas, inscrevendo nos espaços de aprendizagem identidades individuais e sociais dos alunos e alunas que dão voz à Palavra de Trabalhador.

À medida que os textos apresentam-se enriquecidos com alegorias das experiências vividas pelos alunos e alunas, eles são reescritos segundo os critérios de utilização da linguagem padrão. A valorização das presenças dos alunos e das alunas nos textos através

da afirmação de suas pertencas culturais é indissociável do exercício das normas de uso da língua padrão. É este movimento que transforma a produção textual numa experiência de trânsito entre culturas. Os usos culturais da linguagem nos cotidianos dos indivíduos se expõem à conversação com os usos formais da linguagem na experiência da cultura escolar transformando as relações que os indivíduos mantêm com a linguagem; produzindo situações de aprendizagem da escrita; criando e ampliando as condições de afirmação identitária dos alunos e alunas envolvidos no processo.

Um trabalho desenvolvido pelo SEJA de Porto Alegre, em parceria com a Escola Superior de Magistratura, realizou atividades de alfabetização com pacientes do Instituto Psiquiátrico Forense ‘Maurício Cardoso’ entre os anos de 1994 e 1995, entre as atividades de produção textual desenvolvidas pela professora Fátima Eliane Martinuzzi, foi realizada uma reflexão coletiva sobre o texto ‘Nome de Gente’ de Pedro Bandeira. O objetivo da professora era que cada paciente-aluno refletisse sobre a história do seu nome e apresentasse um texto escrito a partir das reflexões feitas em grupo. O paciente-aluno Antônio Perin, de 48 anos, apresentou o seguinte trabalho publicado no volume quarto do Palavra de Trabalhador:

“Meu avô sofria de uma hérnia, e disse para os filhos, que botassem o nome dele em cada neto das famílias que constituíssem. Por isso, eu sou Antônio do Rizzieri. Tem o Antônio do tio João, o Antônio do tio Vitório e o Antônio do tio Guerino. Eu quero que o avô, os filhos, e os Antônio, alcancem a vida eterna.”(Antônio Perin, 1995)

A narrativa expõe a história do nome através da escrita, reivindicando na sua morfologia e sintaxe um conteúdo carregado de significações sociais e culturais. O aluno apresenta o seu nome através das marcas familiares que criaram uma paisagem simbólica entre a doença e o nome do avô, gerando uma tradição de herança do nome Antônio. Tradição que nomeia e marca outros membros da família, ao mesmo tempo em que inscreve uma memória da relação entre a vida e a morte. O aluno, em processo avançado de alfabetização, apresenta a sua relação com a aprendizagem da escrita através da marca identitária com a qual inscreve a sua pertença no seio do grupo social familiar.

Exemplos como estes, e outros que vêm sendo analisados na trajetória desta pesquisa, apontam para uma importante relação entre pensamento e linguagem, em que a

escrita cumpre uma política do significado, para utilizar uma expressão cara a Geertz (1989), em que a cultura é um campo de debates contínuos entre as formas de expressão simbólica da vida social.

A antropologia tem dado outras contribuições para o exercício de uma interpretação que leva em conta a relação visceral entre pensamento, linguagem e formas de afirmação individual no seio da vida social. Esta afirmação individual torna-se ‘dolorosa’, à medida que impõe aos indivíduos a inscrição em seus corpos de regras que regulam suas individualidades no seio da vida em grupo através da escrita. O uso da escrita é um rito de iniciação que promove a passagem do mundo não alfabetizado ao mundo alfabetizado. Há, no seio deste processo, uma luta entre saberes e práticas culturalmente distintos e socialmente situados e quando “...a sociedade dita a sua lei aos seus membros, inscreve o texto da lei sobre a superfície dos corpos...” (Clastres, p. 129, 1988.). O antropólogo analisa a relação entre a escrita e a lei, destacando a importância de ambas para a construção das formas de regulação da vida social. Mesmo nas sociedades em que a escrita alfabética não se faz presente, há formas de inscrição de símbolos que delimitam a natureza grafocêntrica das configurações simbólicas do social. Alçar a escrita é um rito de iniciação que, se por um lado autoriza determinadas formas culturais de participação na vida social. Por outro, violenta identidades tecidas de memórias orais para transformá-las em identidades marcadas pela palavra escrita.

Ao mesmo tempo em que a produção textual é uma exposição da identidade do escriba ela significa também um conjunto de condições de identificação em que aquele que escreve torna-se autor e personagem da história do escrito. Cabe afirmar aqui que a noção de contexto utilizada para a interpretação das produções textuais traduz em outras palavras, as condições de identificação que constituem os cenários culturais de emergência das identidades que produzem sentido para os conflitos cotidianos, que fazem da Educação de Jovens e Adultos um campo de lutas entre situações de negação e afirmação de presenças sociais.

Escrever no âmbito da cultura escolar implica outras formas de mover o corpo no interior da linguagem. Evoca articulações motoras para o uso das mãos; comanda a transcrição gráfica dos sons e das palavras; surpreende o olhar na captura dos sinais da escrita retidos no papel ou na lousa; suspende a agitação dos corpos para deter o uso do

braço conformado anatomicamente a um mobiliário que lhe sirva de apoio ao papel e à caneta; extirpa idéias e palavras forjadas na interioridade do pensamento para contorná-las nas silhuetas da escritura; constitui outras visibilidades para a palavra dita e assim, repetidamente, vai criando outras situações em que o humano e a cultura criam novas formas para a protagonização da palavra. O contexto é, também, a interiorização na linguagem destes atos como significações sociais do uso da escrita. Convém lembrar aqui as importantes contribuições dadas pelas teorias da psicogênese da escrita, sobretudo as que derivam das reflexões de Vygotsky (1989) e, numa outra perspectiva de proposições teóricas, os trabalhos empreendidos por Ferreiro (1985).

Num texto dedicado à análise da história cultural da escrita Clarisse Herrenschmidt (1995) busca definir a noção de contexto como “...a relação das coisas da linguagem com as coisas do mundo, uma relação imediata, quase sensível que estabelece uma identidade necessária, sempre, cada dia, rerepresentada...” (p. 102). A autora recusa-se à definição de contexto como aquilo que cerca ou mesmo define a escrita. A sua posição contribui para a compreensão de que a escrita, sobretudo a escrita alfabética, cria uma outra esfera de relações entre os humanos e a linguagem, à medida que coloca o homem na linguagem e no mundo como contexto da escrita.

Esta compreensão torna-se relevante (devendo ser tomada como complementar às outras noções de contexto desenvolvidas neste texto) à medida que a contextualização passa a ser compreendida não como exclusivamente um fenômeno exterior à linguagem (um conjunto de processos sociais que determinam a escrita), mas, também, como uma interiorização fecunda da relação homem-mundo na linguagem. Relação conflituosa que se faz e refaz à medida que a escrita torna-se um instrumento das relações entre os humanos e o mundo. É preciso levar em conta este entendimento do contexto como um fenômeno de linguagem, para promover uma aproximação dos textos produzidos pelos alunos que considere a escrita como um distanciamento de uma identidade marcada pela oralidade e como uma reconstrução desta identidade através da própria escrita.

Trata-se de perseguir as formas simbólicas das narrativas de si para mirar a escrita como uma invenção de outras identidades e, conseqüentemente, outras relações dos humanos implicados na escrita com o mundo.

Os contextos que produzem e tornam possível a construção de identidades sócio-culturais a partir das produções textuais apresentadas pelas publicações do Palavra de Trabalhador são diversificados e apontam para muitas direções. O ponto de convergência entre estes contextos talvez seja a busca das unidades culturais que produzem sentido para a presença do humano no interior da linguagem e no mundo das relações sociais através da escrita.

### **A comunidade aprendente através da interpretação da prática de ensino**

As identidades produzidas pelos alunos e alunas do SEJA, são um convite à reflexão da identidade institucional da Escola Cidadã, ambas se relacionam intimamente no seio de uma prática de ensino que toma as relações de aprendizagem da escrita como uma prática política e pedagógica de inserção dos indivíduos nos universos das culturas letradas.

A produção de identidades, como ponto de partida das interpretações aqui realizadas, não é tomada como um fato isolado das capacidades individuais de significações de si. Muito pelo contrário, pela análise em processo, esta produção só se torna possível porque é na interação uns com os outros que os indivíduos produzem culturas e são produzidos pela cultura.

Assim, as produções textuais resultantes das práticas de ensino publicadas pelos volumes do Palavra de Trabalhador, revelam um complexo de relações sócio-culturais em que os processos educativos são, antes de tudo, construções coletivas de comunidades aprendentes. A aprendizagem não é um fim em si mesma no ato de produzir textos escritos, mas um caminho através do qual educadores, alunos e um conjunto de comunidades de vivências constituem as paisagens culturais de emergência de novas identidades individuais e coletivas.

O político e o pedagógico abrem nos processos educativos espaços em que as relações de saber e de poder constituem as tramas de interação entre educação e cultura, escola e comunidade, saberes sociais e saberes escolares e experiências individuais e coletivas de ensino-aprendizagem.

Nos espaços de interação dos processos educativos desenvolvidos pelo SEJA produzem-se vínculos sociais entre os indivíduos que, transformam suas relações com o saber escolar em situações de partilha do conhecimento. Num texto intitulado “Nunca é

tarde para recomeçar”<sup>6</sup>, publicado no volume terceiro do Palavra de Trabalhador, esta imagem do grupo social da sala de aula como instância vincular da identidade do aluno é explicitada da seguinte forma:

“Eu vim à escola para poder ter uma visão melhor da vida. Eu não preciso mais pegar ônibus pela cor porque eu já sei ler o nome do ônibus da minha rua. Eu gosto de trabalhar em grupo e aprendi muito a me relacionar com a minha turma da minha sala. Eu comecei a pensar em abrir uma lavanderia para melhorar o orçamento da minha família” (Maura José Pascoal, p.64, 1995)

A busca de transformação de uma visão de mundo, afirmada ao definir o significado social da sua presença no espaço da sala de aula é apontada pela aluna como conquista que se consubstanciou no interior da escola. O uso social da leitura, a interação com outras pessoas e os projetos de mudança de vida são destacados no texto pela ênfase do pronome possessivo ‘minha’. A intrusão simbólica da identidade pessoal da aluna no texto produzido destaca a convivência com outras pessoas como uma marca da experiência narrada.

Este texto não pode ser dissociado da temática da aula em que foi escrito. Segundo o relato da professora, a proposta que desencadeou a produção do texto era a reflexão sobre o significado do ler e do escrever:

“...propus aos alunos que selecionássemos um tema, a partir dos estudos que realizamos ao longo do trimestre. Os alunos optaram por escrever a respeito da importância da leitura e da escrita na vida de cada um, visando revelar, através da produção textual, um pouco das suas histórias de vida e também, dos diferentes significados do ler e do escrever, que têm sido construídos nas relações de interação e intervenção entre professores e alunos.” ( Maria de Guadalupe Lima Ferreira, p.64, 1995)

A palavra da professora amplia os horizontes da interpretação do texto produzido pela aluna, à medida que apresenta as condições de possibilidades para a efetivação da produção textual. A postura pedagógica que viabiliza a escrita põe em discussão no grupo um tema de interesse comum; sistematiza a elaboração da atividade e destaca a intenção de

---

<sup>6</sup> Texto produzido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Gabriel Obino no ano de 1995.

ressaltar as interações e partilhas dos papéis sociais circunscritos no ambiente da sala de aula.

O texto produzido, assim como as posturas e condições pedagógicas que tornam viáveis a sua produção são tomadas como faces indissociáveis de um mesmo processo no qual a escrita costura culturalmente as relações entre o indivíduo e o grupo. A interpretação antropológica realizada até aqui buscou identificar os nexos culturais que apresentam e extrapolam os sentidos individuais das construções identitárias proporcionadas pela produção textual.

O que torna possível a produção textual em sala de aula? Os volumes do Palavra de Trabalhador mostram que esta tarefa se realiza à medida que professor e aluno situam-se nos espaços de suas vivências a partir da construção comum de significados de suas práticas e saberes. O sentido político da aprendizagem é a força mobilizadora de suas construções culturais e o texto um instrumento de interlocução com as experiências sociais de vida e as experiências escolares.

A identidade marcante do saber do aluno advém de suas experiências na vida em comunidades externas à escola. São apresentadas de forma genérica pela origem popular de suas pertencas sociais. Para interpretar o ‘popular’ que se coloca no âmbito da proposta pedagógica do SEJA foram seguidas as pistas apresentadas por Canclini (1983) quando este afirma que “...o popular não deve ser apontado como um conjunto de objetos mas sim como uma posição e uma prática...” (p.134), posição e prática que só podem ser compreendidos nos horizontes das relações sociais que os indivíduos estabelecem uns com os outros no ambiente escolar a partir de suas vivências comunitárias.

Além das importantes conquistas sociais que o uso da escrita pode proporcionar aos alunos e alunas, a construção de vínculos sociais é uma dimensão intransponível dos processos educativos em EJA. Isto porque no vínculo os indivíduos rompem com os sentidos unívocos de suas pertencas sociais. A identidade do educador deixa de cumprir o papel totalizador do exercício das práticas de ensino, assim como as identidades dos alunos não se fecham nas suas capacidades individuais de aprendizagem. Educador e aluno estabelecem trocas culturais que possibilitam as relações de complementaridade dos seus papéis.

O popular como definição identitária das práticas e dos saberes de que os alunos são portadores comunica-se com a natureza pedagógica dos saberes e práticas escolares. São experiências que se interpenetram e dialogam entre si, criando novas condições para que no conjunto, as identidades sócio-culturais dos indivíduos envolvidos no processo sejam tomadas como sistema simbólico que configura o currículo escolar. A busca pela afirmação do estatuto de cidadania do aluno é, em ampla escala, a luta pelo estatuto de cidadania da escola. Questionar os empreendimentos políticos desta tarefa não foi o objeto das interpretações realizadas na pesquisa.

No entanto, buscar as marcas culturais desta relação em que o cidadão, o trabalhador e o popular criam feixes de significados para a consolidação de uma proposta de Escola Cidadã, conferem as pistas através das quais a antropologia contemporânea pode dar suas contribuições para a interpretação de práticas de ensino como práticas sócio-culturais e a produção textual como construção de narrativas de identidades.

A antropologia deve ser compreendida como uma arte de “...examinar dragões, não domesticá-los ou abominá-los, nem afogá-los em barris de teorias...” (Geertz, p. 65, 2001). É a postura interpretativa antropológica situada que torna vasto e fértil o olhar sobre as práticas sócio-culturais que articulam e produzem sentido para as relações entre culturas populares e culturas escolares. Estas duas por sua vez descortinam as paisagens em que a produção de textos escritos pode ser vista como um algo além da aquisição dura e fria da escrita.

Aprender a escrever é uma atitude que marca corpos individuais e coletivos, afirmando a palavra de trabalhador como uma trama simbólica repleta de significações para aquele que aprende e, por que não dizer, para aquele que ensina.

**Bibliografia:**

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Educação Como Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *As Culturas Populares no Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2003.
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1988.
- COMERLATO, Denise. *Os Trajetos do Imaginário e a Alfabetização de Adultos*. Pelotas: Educat, 1998.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- DURAN, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FERREIRO, Emília. *A Representação da Linguagem e o Processo de Alfabetização*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1985.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Nova Luz Sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- HERRENSCHMIDT, Clarisse. *O Todo, o Enigma e a Ilusão*. In: Cultura, Pensamento e Escrita. São Paulo: Editora Ática, 1995
- MCLAREN, Peter. *Utopias Provisórias*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Sete Lições Sobre Educação de Adultos*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- SECRETARIA Municipal de Educação. *Totalidades do Conhecimento*. Cadernos Pedagógicos 08. Porto Alegre: SMED, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Palavra de Trabalhador, Vol I*. Porto Alegre: SMED, 1997, 2ª edição.
- \_\_\_\_\_. *Palavra de Trabalhador, Vol II*. Porto Alegre: SMED, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Palavra de Trabalhador, Vol III*. Porto Alegre: SMED, 1995, 2ª edição.

---

\_\_\_\_\_ . *Palavra de Trabalhador, Vol IV*. Porto Alegre:

SMED, 1995.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahat Ed, 2004.

VYGOTSKY, Lev. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não Vão ao Paraíso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.